

NOSSOS IMPACTOS

Relatório Anual de Resultados
Instituto Centro de Vida



CON



PREFÁCIO

2025 começou com um terremoto. Em janeiro, o anúncio do fechamento da USAID e a paralisação de milhares de programas de cooperação internacional sacudiram o campo socioambiental global como uma onda de choque. Para o Instituto Centro de Vida (ICV), que há mais de 35 anos constrói pontes entre o local e o global, começou um ano de adaptações.

E, nessas adaptações, o ICV se reinventou. Redesenhamos estratégias, reconfiguramos alianças, voltamos nos territórios e descobrimos que a resiliência de uma organização está na força da sua equipe, das suas relações com o território e com os parceiros que caminham conosco todos os dias. Este relatório conta a história de um ano em que fomos testados e respondemos com criatividade, determinação e ainda mais escuta a um mundo que está descobrindo os seus próprios limites.

E, se o ano começou com o impacto de um mundo que se fragmenta, ele se encerrou com um sopro de algo que parecia impossível, a Amazônia no centro do palco. A COP30 em Belém abriu uma oportunidade de mostrar ao mundo que a floresta não é um problema a ser resolvido, mas uma solução viva e pulsante. Fazer coro em Belém com lideranças indígenas, cientistas, diplomatas e tantas vozes que acreditam em um futuro diferente foi profundamente inspirador.

Mas a COP30 também nos confrontou com a verdade incômoda do nosso tempo. A complexidade das negociações, o peso dos interesses econômicos e a distância entre os discursos e as decisões concretas nos lembraram que o caminho da justiça climática é lento, tortuoso e cheio de contradições. Vimos, ao mesmo tempo, o melhor e o mais desafiador da capacidade humana de se organizar diante da crise planetária. Saímos de Belém inspirados, mas também com a clareza de que o trabalho que fazemos no chão da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal é mais urgente do que nunca.

As tempestades continuam, as mudanças climáticas estão cada vez mais palpáveis e seguimos plantando futuro.

Alice Thuault
Camila Horiye
Katy Knapp

SUMÁRIO

QUEM SOMOS 04

NOSSA VISÃO 06

2025 - RESULTADOS 18

EQUIPE 25

DADOS FINANCEIROS 30

CRÉDITOS 34

QUEM
SOMOS





ENTREVISTA

“O primeiro rosto que se vê ao chegar ao escritório do ICV em Alta Floresta é o de **Renata Santos**. Dona de um sorriso largo e acolhedor, a professora atua há sete anos no setor administrativo da instituição. Mesmo entre pilhas de papéis, planilhas abertas e duas telas de computador ligadas ao mesmo tempo, Renata mantém a calma e a simpatia no atendimento a todos que passam pela recepção

Foi Renata quem recebeu o ano de 2025 batendo à porta do escritório, junto com os desafios, as incertezas e as mudanças que marcaram o período. Entre demandas urgentes e impactos externos no campo socioambiental, ela acompanhou de perto um dos momentos mais desafiadores da instituição.

“Foi um ano muito desafiador. Tivemos preocupações com as situações políticas, que acabaram se estendendo aos projetos. Mas tudo foi muito bem conduzido pelos coordenadores e pela diretoria. Trabalhamos em conjunto para que nada fosse tão sofrível. Equilibramos os pratos e os prazos”, relembra.

Ela se refere ao fechamento da USAID e aos impactos provocados nos projetos e organizações do setor socioambiental. Para definir o ano de 2025, Renata escolhe uma palavra: resiliência. ***“Foi um ano difícil? Foi. Mas, para o ICV, representou um salto de firmeza. Nós não caímos. Permanecemos como um bambu que se dobra com o vento, mas não quebra. Voltamos ainda mais firmes.***

A NOSSA HISTÓRIA

1991

Fundação
em 14 de
abril

1994

Em parceria com o
WWF, o ICV lança
o estudo "**Hidrovia
Paraguai-Paraná:
Quem Paga A
Conta?**"

1999

Programa "**Fogo –
Emergência
Crônica**" em onze
municípios da
Amazônia, incluindo
Alta Floresta

2000

O ICV abre
sua sede em
Alta Floresta

2005

Plano de Manejo
da **Reserva
Biológica
Nascentes da
Serra do
Cachimbo**

2015

COP21 em Paris
Mato Grosso
estabelece ambiciosos
compromissos com o
enfrentamento da crise
climática

2013

Sancionada a **lei
que cria o Sistema
Estadual de
REDD+** em Mato
Grosso, com a
liderança do ICV

2012

Com o apoio do
ICV, **Alta Floresta
sai da lista de
municípios mais
desmatadores** da
Amazônia.

2006

Criação do
**Parque Nacional
do Juruena**, com
apoio do ICV

2018

Com o apoio do ICV,
os **43 povos
indígenas de Mato
Grosso** concluem a
proposta do
Subprograma
Territórios Indígenas
do REM MT

2019

É criada a **Rede de
Produção Orgânica da
Amazônia Mato-
grossense** (Repoama),
o primeiro Sistema
Participativo de
Garantia (SPG) não
indígena do estado

2020

É criado o
Observatório
Socioambiental de
Mato Grosso,
Observa-MT

2023

A iniciativa Rota Local,
atingiu um recorde ao
comercializar **R\$ 1,5 milhões
de produtos da Agricultura
Familiar** por ano

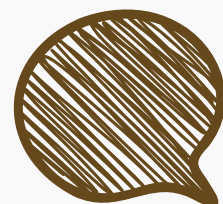
2025

Através da
Catrapovos MT, o
ICV ajuda na
construção da
Portaria 131/2025 da
SEFAZ e **simplifica a
inscrição estadual** e
a emissão de nota
fiscal para **indígenas
e quilombolas**

NOSSO TRABALHO DE ACORDO COM **CINCO PRINCÍPIOS:**



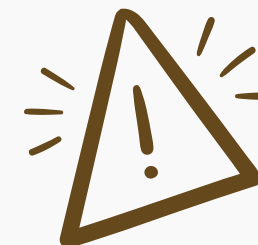
Embasamento técnico-científico: gerar novos conhecimentos com base no desenvolvimento da capacidade técnica do nosso quadro de colaboradores, na consolidação de parcerias com instituições de pesquisa e no constante aprimoramento da qualidade dos nossos trabalhos;



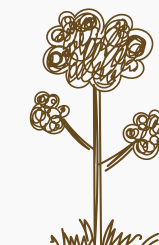
Diálogo com os diversos segmentos da sociedade: promover a construção de propostas e soluções com base no diálogo e na participação dos diferentes grupos sociais, em parceria com outras organizações e movimentos sociais, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e representações do setor privado, mantendo sempre a nossa independência;



Transparência: atuar como centro difusor de informações consistentes sobre as questões socioambientais, ao mesmo tempo em que mantemos uma divulgação transparente de nossas próprias atividades;



Ética e responsabilidade: manter e desenvolver cada vez mais esse compromisso, aplicando o princípio de precaução, tanto internamente, quanto com nossos parceiros e com a sociedade;



Justiça ambiental: nos posicionar e atuar de forma a favorecer uma maior justiça ambiental, isto é, uma distribuição mais equitativa dos benefícios e dos ônus da utilização dos recursos naturais.

GOVERNANÇA DO ICV

Os órgãos responsáveis pela governança do ICV monitoram a execução das atividades e os impactos institucionais, além de aprovarem políticas, princípios e objetivos estratégicos, visando o cumprimento da missão da organização.

A governança do ICV possui diferentes níveis e é formada por quatro principais órgãos: Assembleia Geral, Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Direção Executiva. A Assembleia Geral, composta por sócios fundadores e efetivos, realiza reuniões anuais com o propósito de avaliar e direcionar as atividades da organização, incluindo a aprovação do Plano de Trabalho e a análise dos relatórios de atividades e financeiros.

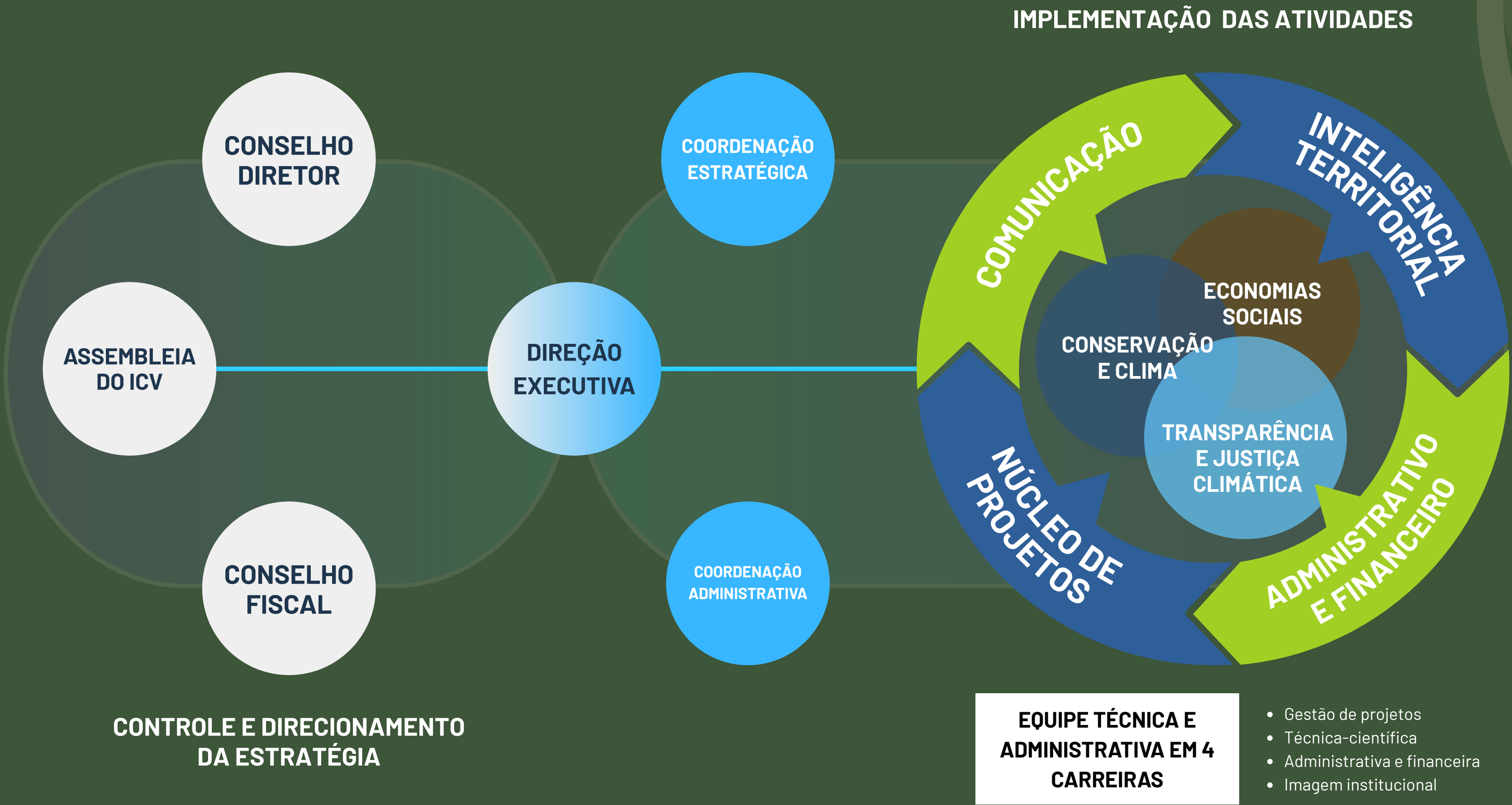
É também na Assembleia que são eleitas as pessoas membras dos Conselhos Diretor e Fiscal, além de serem endossadas as pessoas indicadas para a Direção Executiva.

O Conselho Diretor tem o papel de orientar a administração do ICV, oferecendo diretrizes para a captação de recursos, a organização interna e as parcerias com outras entidades. Já o Conselho Fiscal atua na fiscalização das operações contábeis e financeiras da instituição.

Por fim, a Direção Executiva é encarregada da gestão administrativa e estratégica do ICV. Atualmente, o ICV é uma organização dirigida por mulheres que compõem a Direção Executiva, a Direção Adjunta e a Direção Administrativa-Financeira, com a missão de liderar e supervisionar as atividades técnicas, financeiras, administrativas e de planejamento.

A operacionalização da estratégia institucional acontece por meio de três programas e quatro núcleos transversais. Esses sete programas e núcleos são compostos por uma coordenação e suas respectivas equipes.





- Gestão de projetos
- Técnica-científica
- Administrativa e financeira
- Imagem institucional



ENTREVISTA

“O brinco de madeira que **Rodrigo Marcelino** usa carrega uma história construída ao longo de anos de convivência com povos indígenas. Inspirado na perfuração tradicional dos Rikbaktsa, povo com o qual trabalha por muito tempo no noroeste de Mato Grosso, o adorno revela um pouco da trajetória de quem atua há 21 anos no ICV.

Ao longo desse período, Rodrigo acompanhou diferentes processos de gestão territorial, formações e iniciativas construídas em parceria com os povos indígenas. Em 2025, diante dos impactos causados pela saída da USAID e da necessidade de ampliar a captação de recursos, o Programa de Economias Sociais precisou se adaptar sem interromper sua atuação nos territórios.

Para ele, a palavra que melhor define o ano é resiliência.

“Como foi um ano muito difícil em termos de captação de recursos e pelo impacto financeiro que sofremos no programa, foi um ano de muita resiliência. Mesmo com as dificuldades financeiras, mantivemos o nível de engajamento e atuação que tínhamos junto aos públicos com quem trabalhamos. Conseguimos manter as atividades e continuar gerando impactos positivos.”

Apesar dos desafios, Rodrigo destaca conquistas importantes alcançadas ao longo do 2025. Entre elas, a implementação de instrumentos de gestão territorial indígena como,

Etnomapeamentos e Etnozoneamentos, que apoiaram três terras indígenas à planejar o uso e proteção de seus territórios, e ainda ressalta o apoio a um grupo de mulheres indígenas da Terra Indígena Apiaká-Kayabi, que participou pela primeira vez de uma chamada pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para fornecer alimentos às escolas localizadas dentro da própria comunidade.

Mas, ao falar sobre os aprendizados acumulados ao longo dos anos, Rodrigo reafirma a importância da presença nos territórios

“A gente precisa estar lá. Fazer trabalho no chão. Não adianta estar de longe tentando pensar soluções.”

Ao longo de sua trajetória, Rodrigo viu projetos nascerem, crescerem e se transformarem. Mas afirma que os ensinamentos mais valiosos vieram da convivência com os povos e comunidades tradicionais, que encontram, no cotidiano, maneiras de enfrentar desafios complexos sem perder o senso de coletividade.

“Muitas vezes ficamos quebrando a cabeça para pensar em formas de fazer e como fazer. Mas, quando chegamos aos territórios, encontramos pessoas, lideranças e conhecimentos acumulados ao longo de gerações. São eles que vivem os problemas e são eles que encontram soluções todos os dias. Estar lá é o maior aprendizado.”

Nossa VISÃO

Juventude Indígena
Chiquitano

VISÃO 2030

Desde 2023, as ações do ICV são orientadas por um documento estratégico chamado Visão 2030. Nessa Visão, as estratégias de atuação do ICV são direcionadas para um dos grandes desafios atuais da humanidade, o enfrentamento da crise climática.

Para mantermos o aquecimento global abaixo de 1,5°C, definido como meta no Acordo de Paris, será necessário reduzir à quase metade as emissões de GEE até 2030, e alcançar a neutralidade climática até 2050.

As mudanças climáticas agravam as desigualdades sociais, expõem pessoas a situação de insegurança habitacional, alimentar e hídrica. Como organização da sociedade civil brasileira, o ICV entende que, baseado nos anos de experiência que temos na região, mas também em um diagnóstico das forças atuais, Mato Grosso tem um papel-chave para liderar essa transição econômica.

Porém, para garantirmos que essa transição ocorra de forma responsável, com equidade e participação, o ICV definiu uma atuação baseada em três direcionadores estratégicos:

- Fortalecimento de princípios democráticos que possam garantir a melhoria da governança ambiental
- Promoção da justiça climática e do protagonismo das populações locais
- Conservação dos ecossistemas naturais e a transição para sistemas alimentares saudáveis, justos e regenerativos

Com base nesses direcionadores o ICV priorizou 12 objetivos estratégicos até 2030. Cada objetivo possui uma ambição até 2030, com resultados intermediários e indicadores de impacto. Esse contorno apoia o planejamento anual dos programas, e a elaboração de novos projetos.



DIRECIONADORES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

FORTALECIMENTO DE PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS QUE POSSAM GARANTIR A MELHORIA DA GOVERNANÇA AMBIENTAL



A transparência pública e o acesso a informações ambientais



A participação e o controle social



A integridade dos órgãos públicos e o combate ao crime ambiental



A comunicação ampla de informações qualificadas sobre os temas socioambientais

PROMOÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA E DO PROTAGONISMO DAS POPULAÇÕES LOCAIS



O apoio às organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais na incidência política



A repartição e acesso justo a financiamentos climáticos



A conservação de áreas protegidas e prioritárias



A defesa dos direitos socioambientais

CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS NATURAIS E A TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS, JUSTOS E REGENERATIVOS



A restauração da vegetação nativa e preservação dos recursos hídricos



A segurança alimentar e nutricional



A estruturação das cadeias de produção familiar, orgânica e da sociobiodiversidade



As cadeias agropecuárias livres de desmatamento e de violações aos direitos humanos

Ambição do ICV para o Fortalecimento dos Princípios Democráticos que possam Garantir a melhoria da Governança Ambiental

O direcionador 1, está relacionado a 4 objetivos estratégicos, com ambições para 2030. São eles:



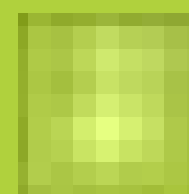
A **transparência pública** e o acesso a informações ambientais;



A **participação e o controle social**;



A **integridade dos órgãos públicos** e o combate ao crime ambiental;



A **comunicação ampla** de informações qualificadas sobre os temas socioambientais

Nesse sentido, nossa ambição é que em 2030, outros estados da Amazônia Legal sejam influenciados por Mato Grosso para o aumento de transparência ambiental por meio de plataformas de dados e instâncias de participação. Além disso, queremos que o escopo de transparência em dados socioambientais no estado se amplie, especialmente informações que apoiem decisões sobre o impacto climático.

Também almejamos que em 2030, a sociedade civil da Amazônia Legal esteja organizada em coletivo(s) que atue/em e influência/am as políticas socioambientais estaduais e federais que regem o uso do solo e dos recursos naturais.

Ainda nesse direcionador, esperamos que em 2030, o estado de MT tenha adotado mecanismos de integridade e combate ao crime ambiental, com 100% alertas desmatamento verificados em MT tem ação e a exploração ilegal de madeira zerada.

Por fim, buscaremos posicionar o ICV para que tenhamos capacidade institucional de desmentir fakenews nos temas socioambientais, com produção de conteúdos onde a desinformação acontece e sendo referência para fonte de informação socioambiental de Mato Grosso.

Ambição do ICV para a **Promoção da Justiça Climática** e do protagonismo das populações locais

Os 4 objetivos estratégicos do direcionador 2 são:



O apoio às organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais na incidência política.



A repartição e acesso justo a financiamentos climáticos.



A conservação de áreas protegidas e prioritárias.



A defesa dos direitos socioambientais.

Nossa ambição para 2030 inclui o reconhecimento de 08 organizações de PICTs de porte estadual e com autonomia e condições estruturais para atuar na incidência política sobre questões de segurança territorial. Mato Grosso com uma visão regional/espacial de justiça climática ancorada em critérios como dados de carbono, socio biodiversidade, gênero, raça e vulnerabilidade, orientada à repartição justa dos financiamentos climáticos, com a participação qualificada da sociedade civil e demais atores em vários níveis (regional, nacional e internacional) nos espaços de tomada de decisão, garantindo a produção/construção de políticas públicas para que os financiamentos climáticos sejam acessíveis e distribuídos de forma equitativa.

Dessa forma, assegurando que as populações mais vulnerabilizadas tenham capacidade financeira e técnica para encontrar e implementar soluções efetivas de mitigação, adaptação e restauração ambiental.

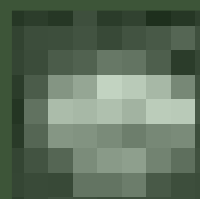
Ainda no âmbito desse direcionador, almejamos que em 2030, os territórios indígenas e quilombolas de MT estejam com sua gestão territorial fortalecida, com representatividade, transparência e informações sobre os territórios. Os limites das Unidades de Conservação de Mato Grosso se mantem apesar das ameaças e novos mecanismos são criados para a implementação de planos de manejo. RL e APP estão sendo protegidos pela validação do Cadastro ambiental rural. Uma rede regional de defesa socioambiental estará consolidada, promovendo a articulação externa entre defensores, organizações e órgãos de proteção de direitos para o compartilhamento de boas práticas, apoio mútuo e ação integrada na defesa dos direitos socioambientais. Paralelamente, capacidade de organizações de defensoras/es ambientais no estado de Mato Grosso estará fortalecida, com maior capacidade para acessar e acionar mecanismos jurídicos, canais de denúncia e ferramentas de proteção de forma eficaz, com respostas ágeis e assertivas a ameaças e violações.

Ambição do ICV para a Conservação dos Ecossistemas Naturais e a Transição para sistemas alimentares saudáveis, justos e resilientes

Para o direcionador 3, temos como 4 objetivos estratégicos:



A restauração da vegetação nativa e preservação dos recursos hídricos



A segurança alimentar e nutricional



A estruturação das cadeias de produção familiar, orgânica e da sociobiodiversidade



As cadeias agropecuárias livres de desmatamento e de violações aos direitos humanos

Nossa ambição para 2030, é que Mato Grosso alcance 1 milhão de hectares restaurados e monitorados, com governança sólida e a sociedade engajada restauração e no uso sustentável dos recursos hídricos. Ao passo que o estado tenha uma implementação transparente e com monitoramento de boas práticas para produção agropecuária sustentável, com incremento de acordos para rastreabilidade das cadeias produtivas, levando a

diminuição das taxas desmatamento ilegal e mitigação e monitoramento das emissões de GEE e SLCPS.

Também vislumbramos que em 2030 as populações vulnerabilizadas (mulheres, jovens e PCTs) de 17 municípios de MT acessem políticas e equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), reduzindo índices de fome e problemas de saúde associados, tendo esses municípios como referência na região em adaptação climática de sistemas agroecológicos, fortalecendo o autoconsumo e soberania das populações locais. Esses municípios representam 23% do estado de MT. Nesse sentido, há um reconhecimento em MT do protagonismo de AF e PI na estruturação de territórios com cadeias de produção orgânica certificada e da sociobiodiversidade visível, viável e consolidada.

ENTREVISTA



Para **Júlia Mariano**, informação ambiental não deveria ser privilégio de especialistas. Analista socioambiental do Programa de Transparência e Justiça climática do ICV, ela acredita que dados públicos são ferramentas fundamentais para que a sociedade compreenda o que acontece em seus territórios e participe das decisões que impactam o futuro das florestas. Seu trabalho está justamente em transformar números, sistemas e bases de dados em informações acessíveis para todos. Em 2025, uma das principais frentes de atuação do programa foi o Termômetro do Código Florestal, iniciativa que acompanha a implementação da legislação nos estados e municípios brasileiros, incluindo a transparência das informações ambientais pelos órgãos públicos.

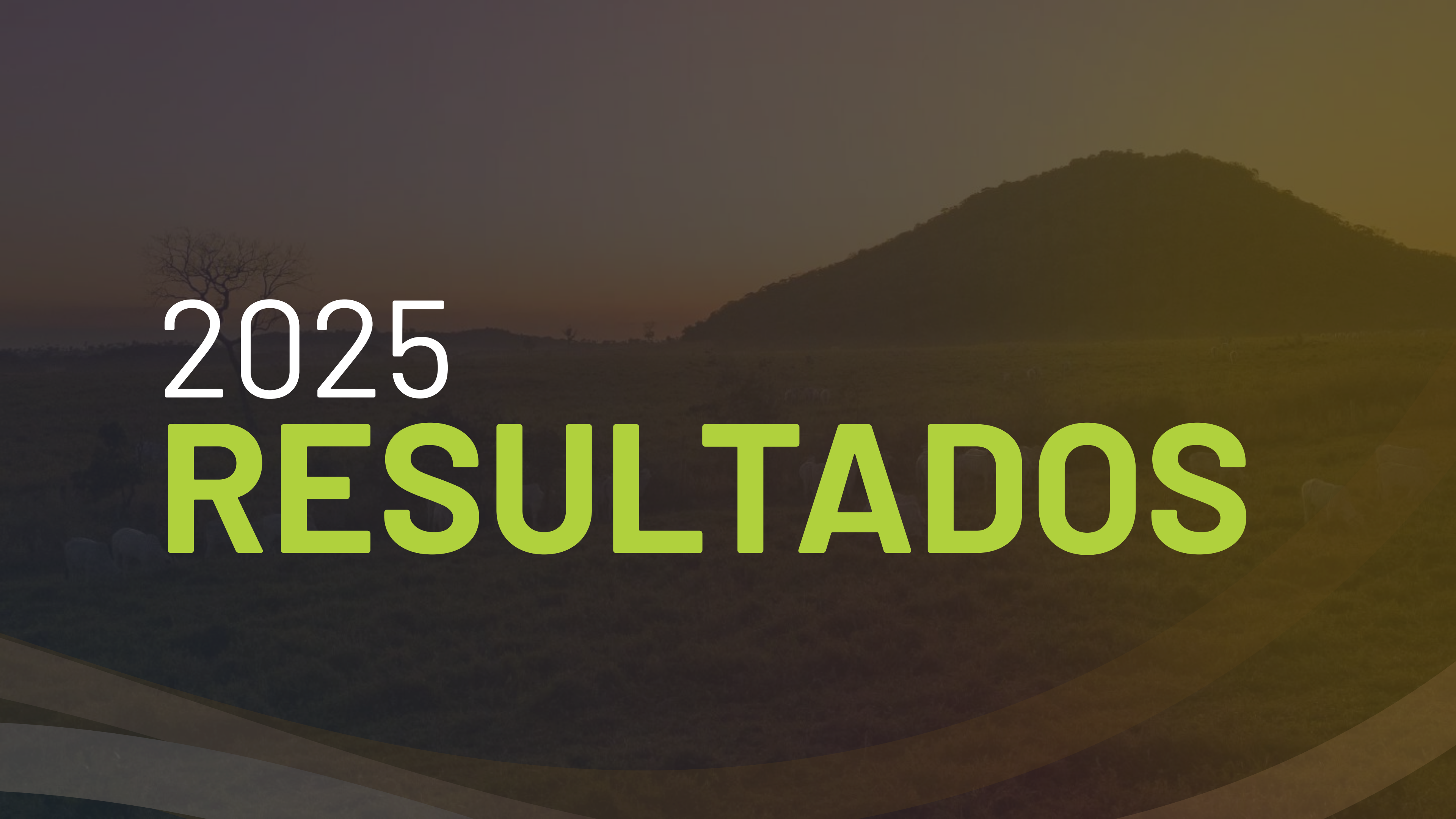
“Realizamos estudos sobre o avanço da transparência das informações ambientais em todo o Brasil por meio do Termômetro do Código Florestal. Avaliamos diversas informações ambientais relevantes e verificamos os esforços dos estados para disponibilizá-las de forma pública e acessível para toda a sociedade.”

Para Júlia, ampliar o acesso à informação é também ampliar a capacidade de participação da população nos debates sobre conservação ambiental. Quanto mais as pessoas conhecem a realidade do lugar onde vivem, maior é a possibilidade de acompanhar políticas públicas, cobrar resultados e contribuir para a proteção dos recursos naturais.

Em 2025, os esforços do programa também avançaram para a análise da legalidade do desmatamento nos seis biomas brasileiros. Um trabalho que busca compreender não apenas onde a vegetação está sendo removida, mas também se essas ações estão ocorrendo dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação ambiental.

“Queremos que esse trabalho tenha impacto suficiente pra ampliar cada vez mais a disponibilidade e a qualidade das informações ambientais dos órgãos públicos para que sociedade tenha as ferramentas que ela precisa para acompanhar, cobrar e contribuir.”



The background of the slide features a landscape with a large, rounded hill on the right side and a few trees on the left. The scene is dimly lit, suggesting dusk or dawn, with a color gradient from dark blue on the left to a warm, golden-brown on the right. The text is overlaid on this background.

2025

RESULTADOS

IMPACTO POR DIRECIONADOR

DIRECIONADOR 1



Fortalecimento de princípios democráticos que possam garantir a melhoria da governança ambiental

O ano de 2025 reafirmou uma convicção que guia o ICV há mais de três décadas: a democracia é condição da política ambiental. Sem transparência, participação e controle social, não há governança que sustente decisões à altura dos desafios climáticos. Em um ano em que o Brasil sediou a COP30 em Belém, colocando a Amazônia no centro do debate global, o fortalecimento desses princípios tornou-se ainda mais estratégico.

Ao longo de 2025, o ICV atuou nos quatro eixos do Direcionador 1 da Visão 2030 — transparência pública e acesso a informações ambientais; participação e controle social; integridade institucional e combate a crimes ambientais; e comunicação ampla de dados qualificados — com resultados que consolidam o ICV como referência na Amazônia Legal, no Cerrado e no Pantanal.

No campo da **Transparência**, em parceria com a Transparência Internacional – Brasil, lançamos o Índice de Democracia Ambiental, que avaliou os nove estados da Amazônia e a União em mais de cem indicadores permitindo que a sociedade e os órgãos de controle tenham acesso mais preciso à avaliação dos estados. Em paralelo, por meio da parceria de sete anos com o MapBiomas, o ICV aprimorou a produção e disseminação de dados sobre a fiscalização das áreas desmatadas por meio do Monitor da Fiscalização e do Relatório Anual do Desmatamento (RAD) no Brasil.

Publicamos dados atualizados sobre o desmatamento não autorizado em Mato Grosso, no Cerrado e na Amazônia Brasileira, em duas publicações referentes a 2024 e 2025. Lançamos também novos dados com a Rede Simex sobre exploração madeireira ilegal e atualizamos o Monitor de Áreas Atingidas pelo Fogo.

É baseado nesses dados estratégicos, amplamente disponíveis para a sociedade, que progredimos no eixo da **Integridade Institucional e Combate a Crimes Ambientais**. Avançamos na construção de uma agenda de advocacy para Mato Grosso no âmbito do Observa-MT. Produzimos estudos e dados que subsidiam órgãos de controle, como o Ministério Público, e realizamos o curso "Corrupção e Crimes Ambientais", demonstrando como a transparência de dados é ferramenta indispensável para promover justiça ambiental, combate às ilegalidades e preservação da Amazônia.

Na **Participação e Controle Social**, 2025 foi marcado pelo fortalecimento de redes e pela qualificação de atores locais. A participação de organizações da sociedade civil, agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais nas políticas socioambientais foi ampliada, e espaços de controle social — observatórios, comissões e conselhos — foram consolidados com produção de insumos e monitoramento para qualificar a implementação de políticas públicas. Realizamos oficinas de Sistemas de Informações Geográficas e de drones com diversos coletivos em Mato Grosso, no Pará e em Rondônia. Realizamos também o II Encontro Fortalecendo os Observatórios da Amazônia Legal e participamos da Rio Climate Week nos Diálogos sobre o Clima e o Código Florestal junto ao Observatório do Código Florestal.

Em 2025, o ICV recebeu moção de repúdio e moção de aplauso na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) – sinal de que não deixamos ninguém indiferente e que nosso trabalho tensiona interesses estabelecidos.

Na **Comunicação de dados qualificados**, 2025 foi um ano marcante, especialmente pela realização da COP30 em Belém. Além de nos juntarmos a diversas campanhas da sociedade civil para a manutenção da Moratória da Soja ou contra o PL da devastação, focamos a nossa comunicação na divulgação dos dados estratégicos que produzimos e na ênfase em formatos inovadores. Lançamos o sexto episódio do Prosa do Mato, nossa série de podcast e participamos da Expedição Travessia 2, no Pantanal, que avaliou e divulgou os impactos da seca e dos incêndios florestais no bioma. Apoiamos o Observa-MT com a publicação de boletins mensais sobre a pauta da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e com oficinas para jornalistas para facilitar a compreensão do que é discutido na ALMT e no Executivo de Mato Grosso, dos desafios de sustentabilidade de Mato Grosso e da COP30. Na COP30, tivemos participação massiva: mais de 15 eventos paralelos e lançamento de estudos que posicionaram o ICV como fonte de referência para informação socioambiental.



DIRECIONADOR 2

Promoção da justiça climática e do protagonismo das populações locais

Promover a Justiça Climática é ampliar o protagonismo de povos indígenas e comunidades tradicionais. Alinhados ao nosso segundo eixo estratégico,

em 2025 aprofundamos o compromisso com a incidência política dessas populações e com a construção de uma transição justa que reconheça saberes, territórios e direitos como pilares de uma nova governança climática.

Esse trabalho está diretamente alinhado aos quatro eixos do nosso direcionador: o apoio às organizações de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais na incidência política; a repartição e acesso justo a financiamentos climáticos; a conservação de áreas protegidas e prioritárias; e a defesa dos Direitos Socioambientais.

No que tange ao **Fortalecimento da incidência política**, 2025 foi marcado pela consolidação da participação de organizações de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (PIPCT). Fortalecemos o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso (CEPCT/MT), cujas oficinas apoiamos ao longo do ano para garantir representatividade e diálogo qualificado com o governo estadual. Também apoiamos a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) em eventos institucionais e temáticos. Mantemos uma preparação ativa das lideranças indígenas e tradicionais, com as oficinas do Cochichos do Clima e encontros mais direcionados para os representantes PCT do CEPCT/MT, qualificando a presença desses atores no maior fórum climático global que foi a COP30, realizada em Belém.

Em paralelo ajudamos a ampliar e qualificar a participação das comunidades locais na Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP na sigla inglês), estratégia liderada por organizações de PIPCTs e organizações da sociedade civil do Brasil como o ICV, OPAN e

SPN. Essa ação resultou na criação do Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudança do Clima (GFLCCC, sigla em inglês). Uma grande entrega do ano nesse contexto é o plano de trabalho estabelecido que incorpore as contribuições das comunidades locais quanto a protocolos de conhecimentos tradicionais, representação e de participação qualificada e ocupação das 3 vagas de Comunidades Locais no Grupo de Trabalho Facilitador.

Na agenda de **Financiamentos climáticos**, avançamos na construção de uma visão regional de justiça climática para Mato Grosso, ancorada na participação PIPCT e pavimentando um caminho que possa garantir que a distribuição de recursos considere as desigualdades históricas. Participamos ativamente dos espaços de debate sobre REDD+ jurisdicional e acesso equitativo a recursos, fortalecendo a capacidade da sociedade civil de incidir nos mecanismos de tomada de decisão em âmbito estadual no Fórum de Mudanças Climáticas de Mato Grosso (FMMC) e em âmbito nacional na Conaredd. As oficinas do Cochichos do Clima e o intercâmbio organizado para conhecer a política de REDD+ jurisdicional do Pará permitiram nivelar os conhecimentos das lideranças PIPCT e garantir o protagonismo delas na discussão sobre participação e repartição de benefícios em nível estadual.

A COP30 também foi palco de discussões estratégicas sobre financiamento climático, com a participação do ICV em painéis e reuniões que articularam atores regionais, nacionais e internacionais em torno de uma repartição mais justa e transparente dos recursos.

Na **Conservação de áreas protegidas e prioritárias**, seguimos apoiando a gestão territorial de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso, com avanços consistentes na implementação da PNGATI em 3 territórios indígenas de atuação do ICV.

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) seguem como instrumentos centrais desse trabalho, integrando saberes tradicionais e tecnologias geoespaciais para monitoramento, proteção e enfrentamento de ameaças como o desmatamento ilegal, os incêndios florestais e a pressão sobre os limites de Unidades de Conservação.

Em parceria com a FEPOIMT, realizamos a oficina de Geoprocessamento de Terras Indígenas, formando alunos dos povos Arara e Boe Bororo no uso de ferramentas geo-espaciais para monitoramento de seus territórios. A Brigada Vicente de Morais recebeu também novas ferramentas de monitoramento por meio do projeto Rede Floresta, integrando tecnologia e conhecimento tradicional na proteção territorial. Demos continuidade ao apoio às mulheres indígenas da Associação Thutalinansu e realizamos diagnósticos participativos em 10 aldeias dos territórios Portal do Encantado e Tereza Cristina que resultaram na elaboração de 2 etnomapeamentos e 2 etnozoneamentos nesses territórios, esses Instrumentos de Gestão Territorial Indígena (IGATIs) são fundamentais para aprofundar a compreensão das necessidades, potencialidades e prioridades locais para a governança interna e a gestão territorial.

Na **Defesa dos direitos socioambientais**, trabalhamos para consolidar uma rede regional de proteção que articula defensores, organizações e órgãos de defesa de direitos. Fortalecemos a capacidade de organizações de defensoras e defensores ambientais no estado de Mato Grosso, ampliando o acesso a mecanismos jurídicos, canais de denúncia e ferramentas de proteção, com respostas mais ágeis e assertivas diante de ameaças e violações a lideranças e territórios.



O ano de 2025 reafirmou que justiça climática se faz com protagonismo local, financiamento equitativo e territórios protegidos. Os resultados alcançados nos quatro eixos deste direcionador demonstram que, quando povos indígenas, comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil atuam de forma articulada e qualificada, a transição para um modelo de desenvolvimento justo e sustentável deixa de ser uma promessa para se tornar realidade.



DIRECIONADOR 3

Conservação dos ecossistemas naturais e a transição para sistemas alimentares saudáveis, justos e regenerativos

Conservar ecossistemas e construir sistemas alimentares justos e regenerativos são faces de um mesmo desafio. Em 2025, o ICV aprofundou sua atuação nos quatro eixos que orientam este direcionador – restauração da vegetação nativa e preservação dos recursos hídricos; segurança alimentar e nutricional; estruturação das cadeias de produção familiar, orgânica e da sociobiodiversidade; e cadeias agropecuárias livres de desmatamento e de violações aos direitos humanos – com resultados que conectam a proteção da floresta à geração de renda e qualidade de vida no campo.

Na **Restauração da vegetação nativa e preservação dos recursos hídricos**, avançamos na construção de metodologias de monitoramento de áreas degradadas na agricultura familiar e de restauro em Mato Grosso.

Realizamos etapas de campo para o monitoramento de áreas em restauração no norte do estado, em parceria com o WRI, e promovemos uma oficina sobre ferramentas de geotecnologias para servidores da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Alta Floresta. Essas ações fortalecem a capacidade dos atores locais e estaduais de planejar, executar e monitorar políticas de restauração, alinhadas à ambição de alcançar 1 milhão de hectares restaurados e monitorados até 2030.

Na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), trabalhamos para que populações vulnerabilizadas tenham mais acesso a políticas e equipamentos públicos de SAN, ao passo que engajamos as comunidades locais na oferta de produtos saudáveis e de qualidade. Em articulação com o CMDRSS e a Secretaria de Agricultura de Alta Floresta apoiamos na criação da Política Municipal de Compras da Agricultura Familiar pela Administração Municipal (Lei Municipal nº 3.070/2025), o que garante que pelo menos 30% de toda compra de gênero alimentício pelo Poder Executivo e Legislativo de Alta Floresta ocorra diretamente da agricultura familiar, priorizando produtos orgânicos e agroecológicos. Também atuamos na incidência no CAE e órgãos ligados à alimentação escolar de Alta Floresta durante o ano de 2025 levou a uma Chamada Pública de Compra Direta da Agricultura Familiar com disponibilidade de 52 produtos e uma previsão total de compra de R\$ 5.507.650,30, esta Chamada teve a participação de 34 fornecedores (sendo 8 grupos formais e 26 fornecedores individuais). Destaca-se que esse trabalho de incidência iniciou em 2021 quando a Chamada Pública daquele ano foram 17 produtos, num total de R\$ 353 mil, e participação de apenas 2 fornecedores e tem ganhado escala ao longo dos anos.

Também atuamos na mobilização da comunidade local para participação do edital específico do PNAE para as escolas indígenas da TI Apiaká-Kayabi, no município de Juara (MT). Através de oficina sobre o passo-a-passo de participação no PNAE auxiliamos na construção de projeto de venda, participação da Chamada Pública e primeiro acesso do grupo de mulheres ao PNAE indígena, com uma diversidade de 13 produtos na chamada pública, resultando em pouco mais de 36 mil reais em contratos pactuados. Junto com isso, realizamos oficinas e assessorias para emissão de notas fiscais dos produtos entregues nas escolas indígenas, e todo suporte a direção da escola na execução dos contratos.

Ao longo do ano, o ICV também compôs a Secretaria Executiva da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos (Catrapovos), atuando na agenda em MT.

Na **Estruturação das cadeias de produção familiar, orgânica e da sociobiodiversidade**, continuamos o trabalho de apoio a produção orgânica por meio do Sistema Participativo de Garantia da conformidade orgânica, com a realização da assembleia, visitas de pares, comissão de ética e a emissão dos certificados orgânico junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária. Realizamos ainda curso de Sistemas Agroflorestais com o MAB e a APREMARA, e participamos do XII Seminário de Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos da Unemat, reafirmando o compromisso com a integração entre produção e conservação.

No eixo de **Cadeias agropecuárias livres de desmatamento e de violações aos direitos humanos**, monitoramos acordos de rastreabilidade e de reintegração, contribuindo para a transparência na implementação de boas práticas na produção pecuária. Estimamos o desmatamento associado a empresas, alertamos para o impacto potencial do enfraquecimento da Moratória da Soja e disseminamos dados de desmatamento não autorizado que podem auxiliar atores das cadeias de suprimentos.

Além disso, capacitamos pequenos e médios produtores rurais para a adoção de práticas sustentáveis na pecuária, procurando envolver ao menos 3.000 participantes. Realizamos um encontro sobre Regularização Ambiental da Agricultura Familiar em Mato Grosso.



Em um marco importante para a inserção internacional do ICV, fomos à China divulgar nosso trabalho e análises para o país que mais compra commodities agrícolas do estado. Também participamos da Climate and Clean Air Conference 2025, onde apresentamos o projeto de Redução da Intensidade das Emissões de Metano na Pecuária, fruto da colaboração entre ICV e Imaflora, além de realizarmos dias de campo do CCAC que demonstraram na prática a viabilidade técnica da redução de emissões na pecuária mato-grossense.

Os resultados de 2025 mostram que é possível restaurar ecossistemas, garantir segurança alimentar, estruturar cadeias produtivas sustentáveis e avançar para uma pecuária de baixo carbono de forma integrada. A transição para sistemas alimentares saudáveis, justos e regenerativos não é uma escolha entre produção e conservação — é o único caminho viável para Mato Grosso e para o clima.





ENTREVISTA



Entre mapas, imagens de satélite e noites mal dormidas com o pequeno Ayo, **Lucas Araújo** passou 2025 aprendendo a olhar o futuro de outra maneira. O ano marcou não apenas a reta final do seu mestrado, mas também o início da experiência mais transformadora da sua vida: a paternidade.

“Foi um ano de muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo, mas também foi um ano incrível e muito bom”, resume o analista de Geotecnologia do núcleo de Inteligência Territorial do ICV.

Se antes Lucas já trabalhava pensando em proteção territorial e sustentabilidade, a chegada do filho trouxe um novo significado para o que faz. Agora, cada atividade em campo também carrega uma preocupação silenciosa sobre o mundo que será herdado pelas próximas gerações.

No projeto Rede Floresta, Lucas percorreu estradas, entrou em comunidades e compartilhou conhecimentos técnicos sobre mapeamento e monitoramento territorial com drones. Mas, como costuma dizer, voltou dos territórios carregando aprendizados que não estavam nos livros ou nas telas.

Na comunidade Serragem, em Nossa Senhora do Livramento (MT), junto ao povo Morroquiano, ele promoveu oficinas voltadas para brigadistas comunitários, ajudando a transformar mapas e drones em ferramentas de proteção do território. ***“Quando a gente chega nesses lugares, percebe que existe muito conhecimento sendo construído ali também. É uma troca.”***

Mais do que tecnologia, Lucas encontrou nas comunidades exemplos de pertencimento e cuidado coletivo com a terra. Para ele, são esses grupos que permanecem na linha de frente da proteção ambiental e ajudam a garantir o futuro das próximas gerações, inclusive o futuro de Ayo.

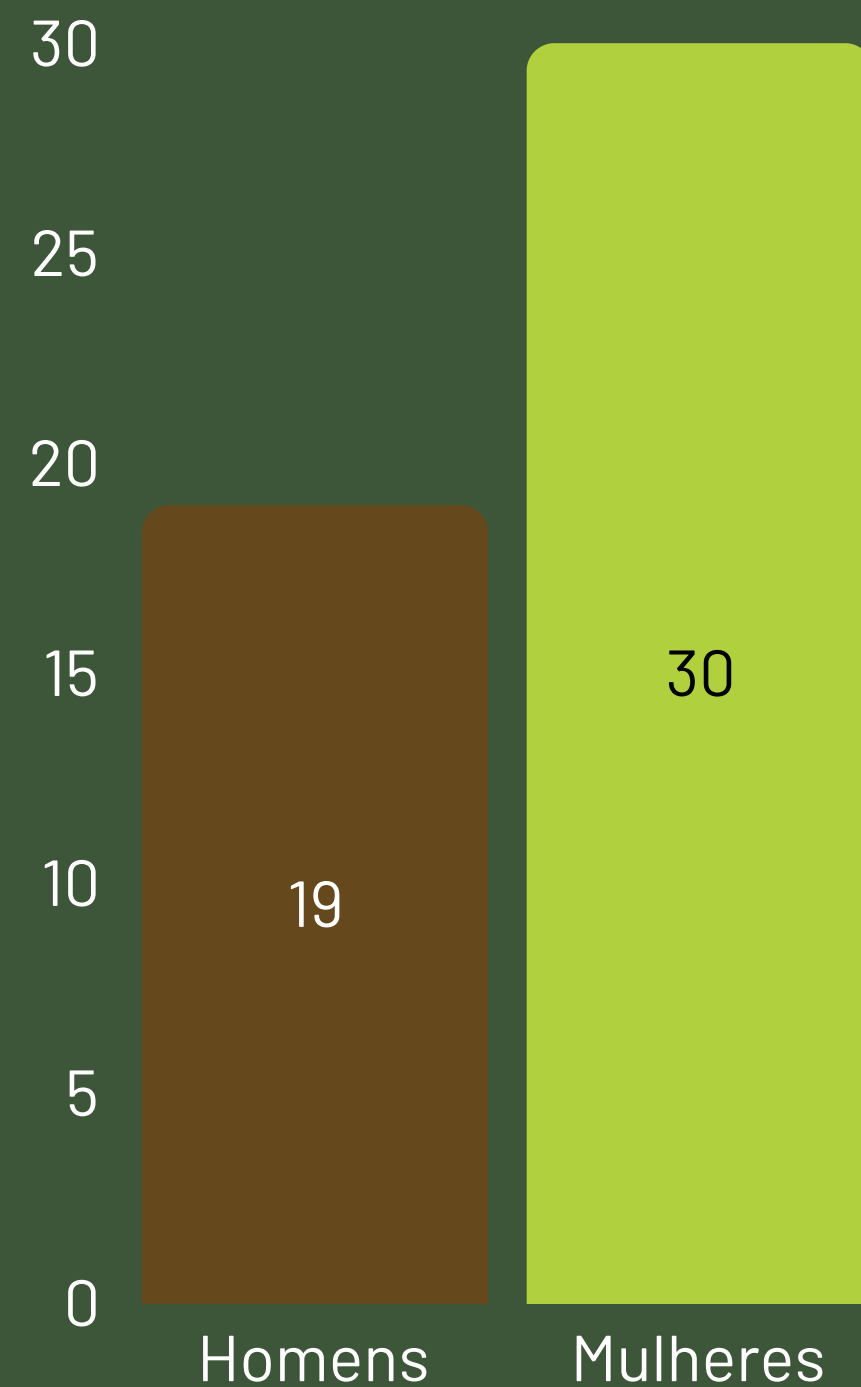
Ao olhar para os próximos anos do ICV, ele imagina um núcleo de Inteligência Territorial cada vez mais próximo das comunidades e comprometido com processos de formação e fortalecimento local.

Agora, cada território que Lucas ajuda a mapear também carrega uma pergunta silenciosa sobre o futuro: que mundo ficará para Ayo?

A large group of approximately 25 people, including men and women of various ages, are posing for a group photo. They are arranged in several rows, with some standing and some sitting or kneeling in the front. They are all smiling and looking towards the camera. The background features a large, colorful mural of tropical birds and foliage. The scene is set outdoors, possibly in a courtyard or hallway. The overall atmosphere is positive and collaborative.

EQUIPE

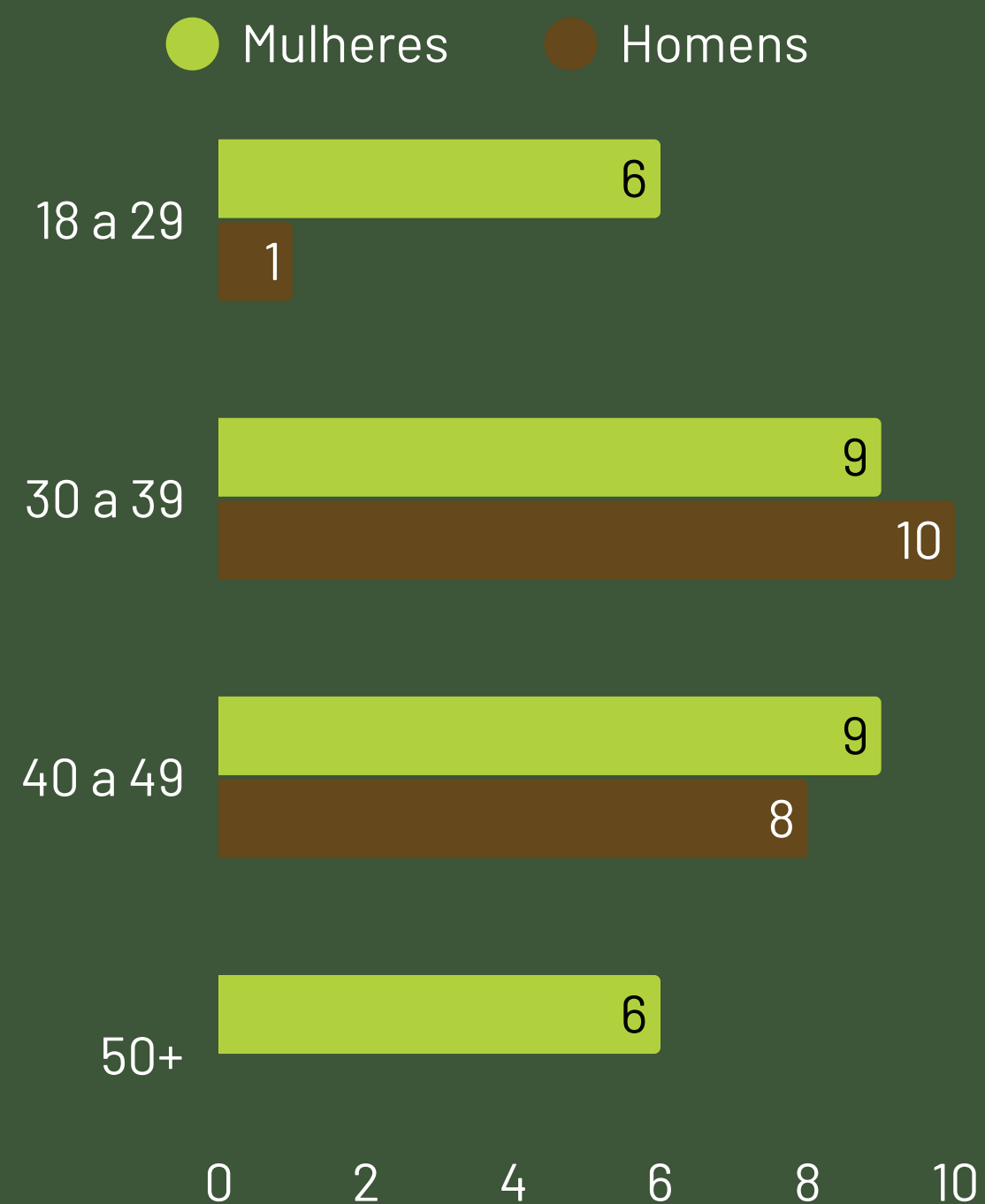
Equilíbrio de Gênero



**60% de nossas
lideranças são
MULHERES**



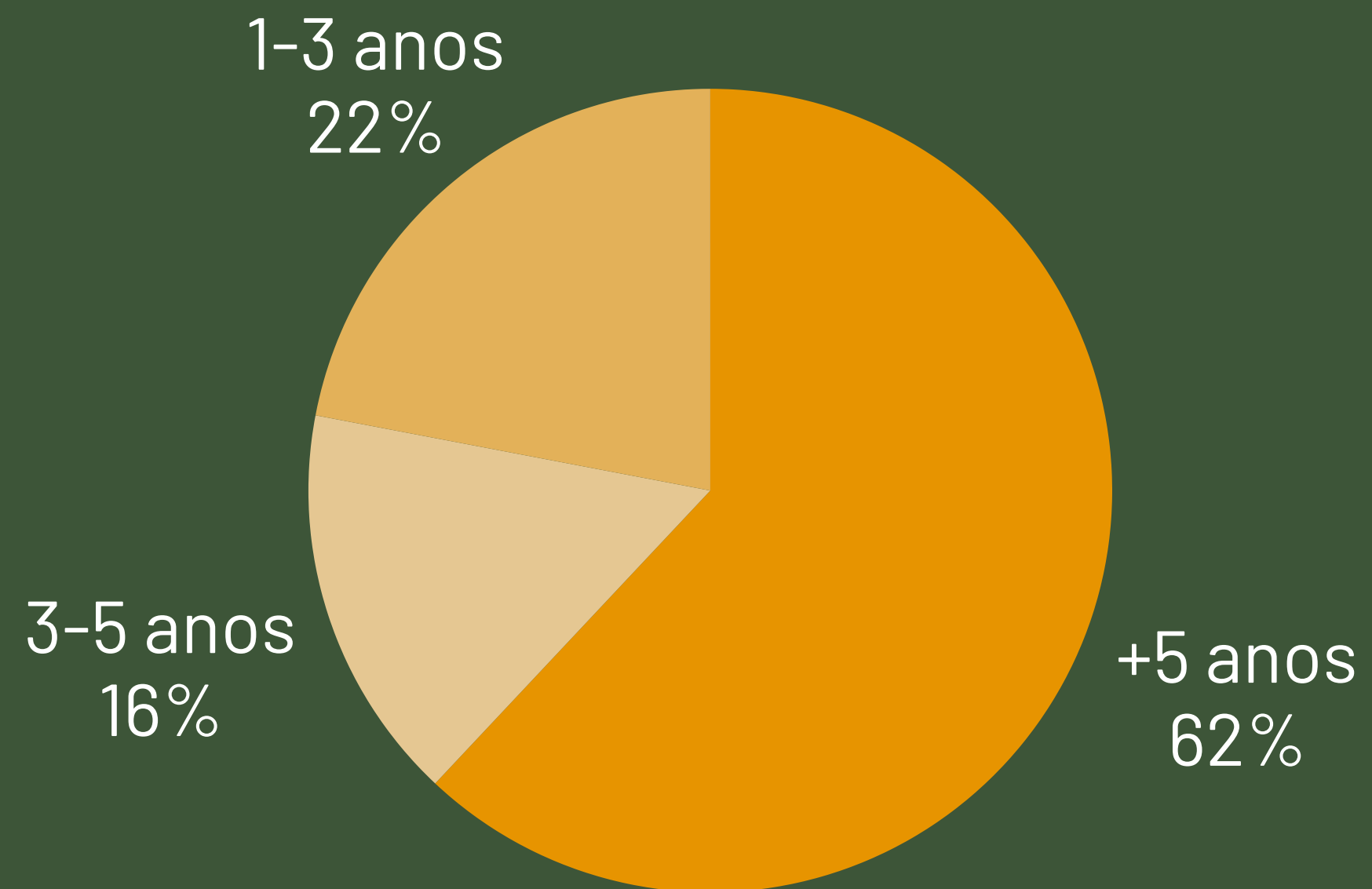
Quadro de Perfil por Idade por Gênero



Formação por Gênero



Tempo de permanência



ENTREVISTA

Quando **Madson Silva** chegou a Cuiabá e ouviu um “Bom dia, xômano”, ficou sem entender nada. Pau-rodado (expressão usada para quem vem de fora), o rondoniense estranhou o dialeto cuiabano forjado na mistura cultural entre o povo Bororo, os europeus e as pessoas negras escravizadas. Hoje, palavras que antes soavam desconhecidas passaram a fazer parte do seu cotidiano.

Há cinco anos no ICV e pouco mais de dois no núcleo de gestão de projetos, Madson aprendeu que seu trabalho também é sobre tradução. Se antes precisou decifrar o cuiabanês, hoje é ele quem transforma a linguagem técnica dos financiadores em algo possível para as organizações parceiras compreenderem e executarem.

“Nesses anos de atuação, aprendi que preciso fragmentar as informações burocráticas dos financiadores para que elas façam sentido. Traduzir em um formato que dialogue com o cotidiano das associações e dos pequenos parceiros. Encontrar esse caminho do meio para conseguirmos executar os projetos.”

Madson leva tudo na txintxa. Trabalho, prazo e compromisso. Na linguagem cuiabana, fazer algo na txintxa é fazer com seriedade. Para definir 2025, ele escolheu o verbo consolidar.

“Em alguns processos, tivemos que trocar a roda com o carro andando. Aqui no núcleo conseguimos definir melhor os papéis, organizar as demandas e consolidar os fluxos de trabalho.”

Se pudesse ixpiar o futuro do ICV, Madson enxerga uma instituição cada vez mais preparada para fortalecer organizações de base e ampliar caminhos.

“Vejo o ICV sendo referência no apoio às organizações menores, ajudando esses grupos a acessarem recursos externos sem se perderem na burocracia. Com sistemas mais organizados e estratégias bem definidas, conseguiremos ampliar ainda mais esse alcance.”

Entre o cuiabanês que um dia precisou aprender e a burocracia que hoje ajuda a decifrar, Madson segue construindo pontes.





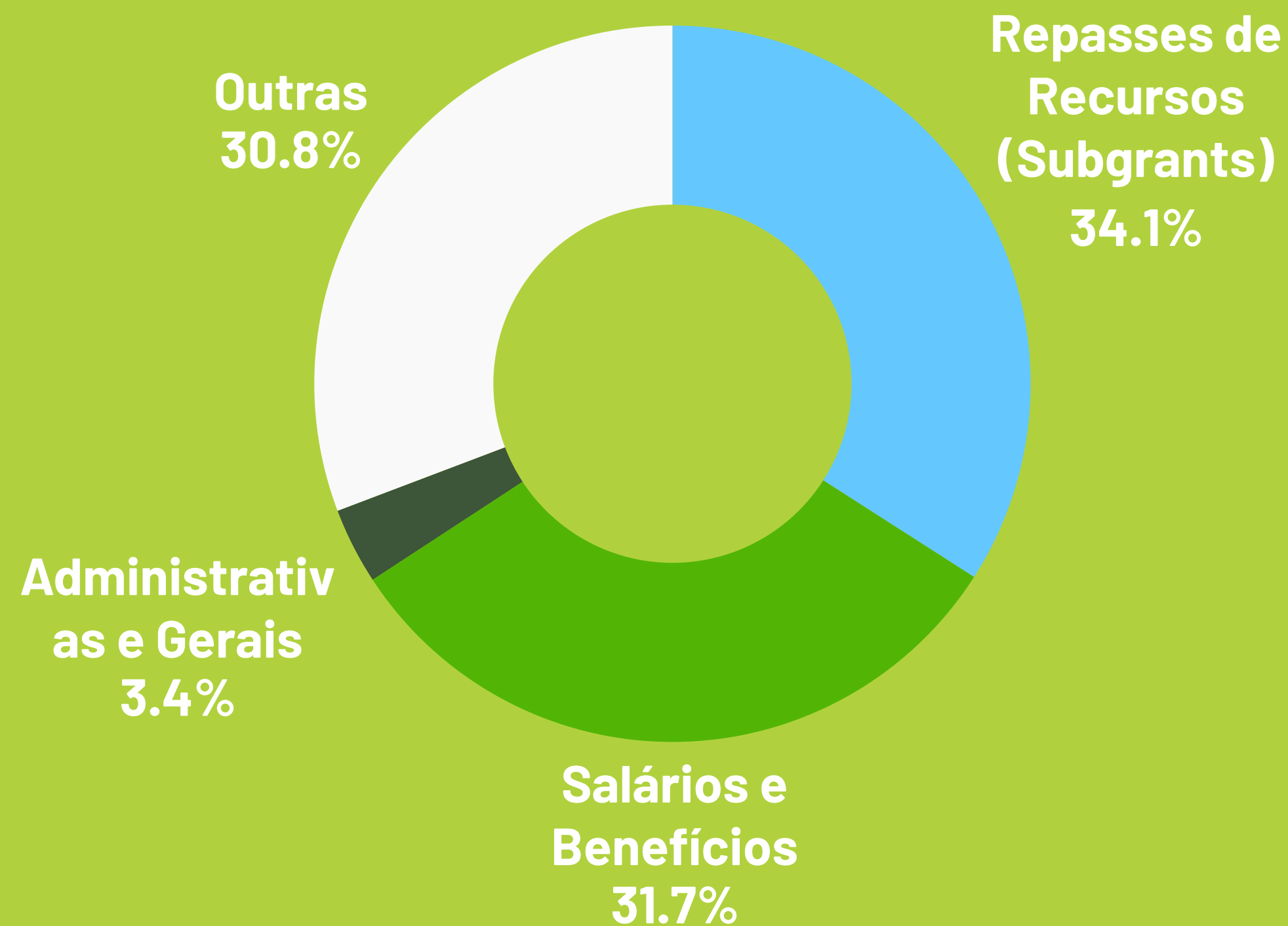
DADOS FINANCEIROS

Origem dos Recursos



TOTAL: R\$ 25.474.162

Aplicação dos Recursos



Evolução das Receitas (R\$)



ENTREVISTA

“A mochila de **Deborah Monteiro** quase nunca permanece desfeita por muito tempo. Entre estradas de terra, quilômetros de asfalto e longos períodos nos territórios indígenas, a analista socioambiental do programa de Economias Sociais do ICV aprendeu a medir a rotina pelos dias passados fora de Cuiabá. Enquanto divide a vida entre o trabalho de campo e o doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal de Mato Grosso, ela também aprendeu que viver nos territórios exige flexibilidade, escuta e adaptação.

“Teve mês em que, se passei dez dias em Cuiabá, foi muito”, conta, sorrindo, enquanto relembra a intensidade das viagens.

Há quase três anos acompanhando povos Boe Bororo, Chiquitano, Terena, Nambikwara, Manoki e Paresi, Deborah afirma que os maiores aprendizados vieram justamente das dinâmicas construídas dentro das comunidades. Nos territórios, diz ela, foi preciso desaprender a ideia de que tudo pode ser controlado ou planejado de forma rígida.

“A gente acaba aprendendo a ser resiliente no campo, entendendo as dinâmicas, as nuances e se adaptando a isso. Não dá para ser uma coisa fechada. Nada está escrito em pedra.”

Assim como outros colegas do ICV, Deborah escolhe a palavra resiliência para definir 2025. Mas, para ela, a resiliência não está apenas na capacidade de enfrentar dificuldades. Está também em aprender a ouvir, respeitar o tempo das comunidades e construir caminhos coletivamente.

“Aprendi muito sobre união e construção coletiva. Nos territórios, as decisões acontecem de forma compartilhada. Isso muda a maneira como a gente entende o trabalho.”



CRÉDITOS

CONSELHO FISCAL

Jhonny Fernandes de Souza
Rogério Rigotti
Karin Teixeira Kaechele

CONSELHO DIRETOR

Maurício Voivodic - Presidente
Adriana Ramos
Diosmar Filho
Laurent Micol
Natalie Unsterstell
Paula Bernasconi
Severia Maria Idiorie

DIREÇÃO EXECUTIVA

Alice Thuault - Diretora Executiva
Camila Rodrigues - Diretora Adjunta
Katy Knapp - Diretora Administrativa e Financeira

PROGRAMA ECONOMIAS SOCIAIS

Eduardo Darwin Ramos da Silva - Coordenador
Eriberto Oliveira Muller
Adilson teixeira de Oliveira
Aline Barros Veras
Benedita da Guia Ferreira Mendes
Deborah Monteiro dos Santos
Kauany França de Sousa
Lilian Gabrieli de Souza
Luan Cândido da Silva
Odair de Souza Fagundes
Rodrigo Marcelino
Valter Hiron da Silva Junior
Wagner Antonio do Nascimento

PROGRAMA TRANSPARÊNCIA E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Deroní de Fátima Leite Mendes - Coordenadora
Marcondes Geraldo Coelho Junior - Coordenador
Ester Brandão Martins
Júlia Mariano Maurício da Silva

PROGRAMA CONSERVAÇÃO E CLIMA

Tays Elane Barata Pereira - Coordenadora
Ana Paula Valdiones - Coordenadora
Raquel Carvalho de Lima

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO

Dayanne Lucia Dallicani - Coordenadora
Rodrigo Alessandro Vargas - Coordenador
Ana Flávia Albuquerque Correa
Khayo Jardim Ribeiro

NÚCLEO DE PROJETO

Lorraine Lopes Souza - Coordenadora
Madson Silva de Souza Junior

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

Vinícius de Freitas Silgueiro - Coordenador
Lucas Neris Araujo
Mônica A. Cupertino Eisenlohr
Weslei Butturi

NÚCLEO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Tatiane Ferreira Nunes
Ana Paula Ramos Ariano
Andreia Pupo dos Santos Ferreira Ramos
Belizia Rodrigues da Silva
Cesar Augusto Martins
Débora Aparecida da Silva Hugo Aguiar Lins do Nascimento
Kelly Cristina da Silva Pereira
Meiky Knapp
Renata Aparecida dos Santos
Renata Reis de Oliveira de Mello
Tainá Aparecida Greco



 icv.org.br

 [InstitutoCentrodeVida](https://www.facebook.com/InstitutoCentrodeVida)

 [institutocentrodevida](https://www.instagram.com/institutocentrodevida)

 [icvcentrodevida](https://twitter.com/icvcentrodevida)